



## ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

### COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, AGROINDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

**INSTITUI O SERVIÇO PÚBLICO DE COLETA SELETIVA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS DOMICILIARES E ASSEMELHADOS NO MUNICÍPIO DE SAPEZAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

#### **I – RELATÓRIO**

A Comissão de Obras, Serviços Públicos, Agroindústria, Comercio e Turismo, no uso de suas atribuições regimentais, analisou o Projeto de Lei nº 043/2025.

Após exame da proposição propõe-se o que a seguir descreve.

#### **II – ANÁLISE**

O Projeto atende às exigências constitucionais e regimentais, sendo de iniciativa privativa do Poder Executivo. No entanto há possibilidades que o Poder Executivo olvidou-se ou quedou-se inerte, vejamos o caso mais explícito, o Princípio de Incentivo Tributário/Financeiro, bem como os instrumentos que seriam criados, vejamos na íntegra o artigo 5º:

##### **Seção II**

##### **Dos Princípios**

**Art. 5º** A coleta e o manejo de resíduos domiciliares, de responsabilidade do gerador dos resíduos e da municipalidade, dar-se-ão conforme o disposto nesta lei e nas demais normas aplicáveis e orientar-se-ão pelos seguintes princípios:

- I. não geração;
- II. prevenção da geração;
- III. redução da geração;
- IV. reutilização;
- V. reciclagem;
- VI. tratamento;
- VII. valorização dos resíduos;
- VIII. disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- IX. geração de trabalho e renda;
- X. participação popular;
- XI. respeito à diversidade local e regional;
- XII. responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- XIII. o direito da sociedade à informação e ao controle social.

Conforme exposto **não consta qualquer política de incentivo financeiro/tributário**, indo a contrário do que a moderna legislação do tema dispõe, apenas no âmbito estadual, a Lei Estadual nº 7.862 de 19/12/2002

**Art. 7º** São instrumentos da Política de Gestão de Resíduos Sólidos:

(...)

III - os instrumentos econômicos e fiscais;

(...)





## ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

X - os incentivos fiscais, tributários e creditícios que estimulem a minimização dos resíduos.

Alguns exemplos de Princípios e Instrumentos de Incentivo Financeiro/Tributário, podem ser encontrados, tal como em São José dos Quatro Marcos, na Lei Municipal nº 1742/2019, em seus artigos 7º, 8º e 9º.

**Art. 7º** As famílias de baixa renda cadastradas em programas sociais, poderão requer a tarifa social de 50% (cinquenta por cento) da TCL mediante comprovação.

**Art. 8º** Conceder-se-á desconto de 15% (quinze por cento) da TCL, aos contribuintes que realizarem a segregação dos resíduos na fonte, contribuindo com a coleta seletiva.

**Art. 9º** Conceder-se-á desconto de 30% (trinta por cento) da TCL, aos contribuintes que realizarem a segregação dos resíduos na fonte para coleta seletiva, e que realizarem o reaproveitamento dos resíduos orgânicos por meio de técnicas ambientalmente adequadas como compostagem doméstica entre outros.

**Parágrafo Único** Poderão requerer isenção do pagamento da TCL, mediante comprovação, as famílias de baixa renda cadastradas em programas sociais, que realizarem o reaproveitamento dos resíduos orgânicos por meio de técnicas ambientalmente adequadas como compostagem doméstica entre outros.

Tais mecanismos fortalecem a implementação da coleta seletiva, estimulam a redução da geração de resíduos e alinham o Município às práticas contemporâneas de gestão ambiental, já adotadas em diversas cidades, como já devidamente citado.

Todavia, esta Comissão também reconhece a relevância de o município adquirir uma balança de pesagem, o que contribuiria significativamente para a fiscalização de modo geral, desses resíduos.

### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Comissão de Obras, **opina favoravelmente** à aprovação do Projeto de Lei nº 043/2025, manifestando-se pela inclusão dos incisos XIV e XV no artigo 5º, com a seguinte redação:

*“XIV- incentivos fiscais, tributários e creditícios que estimulem a minimização dos resíduos, inclusive pela coleta seletiva;*





**ESTADO DO MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL**

XV- *mecanismos de individualização e auferimento da geração de resíduos sólidos.*"

Recomenda ao Poder Executivo a realização de estudos para instalação de uma balança pública municipal de pesagem, conforme análise técnica constante deste parecer.

Não obstante que o Poder Executivo apresente um substitutivo com disposições expressas tal como o caso análogo de São José dos Quatro Marcos-MT.

Sala de reunião da Câmara Municipal de Sapezal, aos 19 dias do mês de novembro do ano de 2025.

**BÁRBARA BONGIOLO SACHETTI**

Relatora – COS

**ANDRÉ POZZOBOM**

Vereador – Presidente

( ) com o Relator

( ) contrário ao Relator

**JULIANO ALVES DELMONDE**

Vereador - Membro

( ) com o Relator

( ) contrário ao Relator